



CONSOLIDADO GERAL
Demonstrativo da Dívida Fundada Interna

Exercício: 2017

Folha de Rosto

Empresas com Fechamento Contábil

- 01 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- 04 - HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
- 05 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- 06 - SERVIÇO FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- 10 - AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL
- 15 - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/FMLU
- 16 - FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUC. TECNOLOGIA E CULTURA
- 18 - CÂMARA MUNICIPAL
- 19 - TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- 22 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS DA CMSP
- 23 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS DO TCMSP
- 83 - COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO
- 85 - FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- 91 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - COHAB

* Empresas sem fechamento Contábil não são Consideradas nos Relatórios Consolidados



CONSOLIDADO GERAL
Demonstrativo da Dívida Fundada Interna

Exercício: 2017

em R\$

Empréstimos por Contrato			
Autorizações Leis (Nº e Data)	Empréstimos	Amortização	Saldo a Amortizar
CEF	70.407.264,61	5.241.262,71	65.166.001,90
CEF - LEI N. 10422/87 - CONTR. 0035949-10 DE 18/07/96 PROJETO CINGAPURA	174.203,50	174.203,50	-
CEF - LEI N. 10422/87 - CONTR. 0035950-38 DE 18/07/96 PROJETO CINGAPURA	145.420,76	145.420,76	-
PNAFM - SEGUNDA FASE - LEI 15.390/11 - CONTR. 2248/OC-BR DE 29/12/09	69.991.389,24	4.825.387,34	65.166.001,90
COHAB	96.251,11	96.251,11	-
BNDES	195.330.632,77	69.006.247,61	126.324.385,16
LEI 13235/2001-PGM PRIOR.INVEST.TRANSF.MUNIC.SP-VLP 1ª ETAPA-SUB A-CTR Nº:01248431011-LEI 13235/2001	9.383.091,43	9.383.091,43	-
LEI 13235/2001-PGM PRIOR.INVEST.TRANSF.MUNIC.SP-VLP 1ª ETAPA-SUB B-CTR Nº:01248431020-LEI 13235/2001	341.219,24	341.219,24	-
LEI 13235/2001-PGM PRIOR.INVEST.TRANSF.MUNIC.SP-VLP 1ª ETAPA-SUB C-CTR Nº:01248431038-LEI 13235/2001	169.690,04	169.690,04	-
LEI 13235/2001-PGM PRIOR.INVEST.TRANSF.MUNIC.SP-VLP 1ª ETAPA-SUB D-CTR Nº:01248431046-LEI 13235/2001	2.842.285,83	2.842.285,83	-
LEI 13609/2003 - Progr.Impl.Transf.Urb.-2ª ETAPA-VLP-CONTR Nº: 03.2.270.2.1.015-LEI 13.609/2003	101.437.188,67	48.462.979,83	52.974.208,84
LEI 15.390/2011 E 15.687/2013 - CONTRATO Nº 14.2.0364.1 - PMAT - SUBCRÉDITO "A"	6.217.137,22	-	6.217.137,22
LEI 15.390/2011 E 15.687/2013 - CONTRATO Nº 14.2.0364.1 - PMAT - SUBCRÉDITO "B"	57.207.679,62	7.526.480,66	49.681.198,96
LEI 15.390/2011 E 15.687/2013 - CONTRATO Nº 14.2.0364.1 - PMAT - SUBCRÉDITO "C"	17.732.340,72	280.500,58	17.451.840,14
OUTROS EMPRESTIMOS BANCARIOS/BANCO DO BRASIL (LEI FED. 8727/93 - LEI MUN. 11494/94)	645.804.450,08	112.159.300,74	533.645.149,34
RENEGOCIAÇÃO DE DIVIDAS - COHAB	645.804.450,08	112.159.300,74	533.645.149,34
BANCO DO BRASIL - RENEGOCIAÇÃO DE DIVIDAS	29.636.407.188,66	1.686.880.581,03	27.949.526.607,63
LEI MUNIC. 12859/99 E MP 2022/2000 - DIVIDAS RENEGOCIADAS ENTRE UNIAO X PMSP	29.636.407.188,66	1.686.880.581,03	27.949.526.607,63
LEI 12.671/98 - BB - DMPL	44.653.706,38	-	44.653.706,38
BONUS DE DESCONTOS	18.352.286,08	-	18.352.286,08
BONUS AO PAR	26.301.420,30	-	26.301.420,30
OUTRAS DIVIDAS	188.520.657,75	21.337.199,19	167.183.458,56
PARCELAMENTO INSS - LEI 11.960/09 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - 120 MESES	8.817.378,18	8.817.378,18	-
PARCELAMENTO INSS - LEI 11.941/2009 E 12.865/2013 - SMT E SEME	755.447,59	59.319,69	696.127,90
PARCELAMENTO PASEP	109.107.743,34	4.484.816,76	104.622.926,58
PARCELAMENTO RGPS - MP 778/2017 MIGRAÇÃO PARCELAMENTOS	53.874.370,96	2.302.165,68	51.572.205,28
REFIS PIS/COFINS - LEI 11.941/2009	15.965.717,68	5.673.518,88	10.292.198,80
Total Geral:	30.781.123.900,25	1.894.624.591,28	28.886.499.308,97

Nota 1: Desincorporação de saldo devedor no valor de R\$ 949.465.223,76 do contrato da COHAB (Reestruturação da Dívida do Município) registrada como "Outros Empréstimos Bancários/Banco do Brasil (Lei Fed. 8727/93, Lei Mun. 11494/94), em virtude de amortização extraordinária efetuada com a utilização dos títulos do FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais) vinculados ao abatimento da referida dívida, em abril/2017.

Nota 2: Houve migração dos débitos do parcelamento de INSS junto à Receita Federal do Brasil, sob a égide da Lei 11960/2009, para o parcelamento instituído pela Medida Provisória 778/2017, convertida na Lei Federal 13485/2017, a qual resultou em uma redução dos saldos no valor de R\$ 24.322.411,21, mesmo após a inclusão de um novo débito no valor de R\$ 1.347.569,56, já considerando os benefícios da MP. (Instrução do Parcelamento no Processo SEI 6017.2017/0026967-3).

Nota 3: Houve migração dos débitos do parcelamento de INSS junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, sob a égide das Leis 11941/2009 e 12865/2013, para o parcelamento instituído pela Medida Provisória 778/2017, convertida na Lei Federal 13485/2017, a qual resultou em uma redução dos saldos no valor de R\$ 137.755,43, considerando os benefícios da MP. (Instrução ao Parcelamento nos Processos SEI 6017.2017/0026967-3 e 6017.2017/0008771-2).

Nota 4: A COHAB aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com base na Medida Provisória 783/2017, artigo 3º, II, B, referente a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS do período de 08/2001 a 01/2002, inscritos em dívida ativa e decisão judicial desfavorável à COHAB no exercício de 2017. O detalhamento do cálculo segue demonstrado nas Notas Explicativas do Balanço Geral 2017.

Nota 5: Os lançamentos contábeis são de responsabilidade dos Titulares das Empresas e Unidades Orçamentárias discriminadas na folha de rosto.



CONSOLIDADO GERAL
Demonstrativo da Dívida Fundada Interna

Exercício: 2017

em R\$

Empréstimos por Contrato Autorizações Leis (Nº e Data)	Empréstimos	Amortização	Saldo a Amortizar
---	--------------------	--------------------	--------------------------

Enzo Lucio Ondei
Diretor Departamento de Dívidas Públicas
CPF 255.411.408-03

Emerson Onofre Pereira
Diretor do Departamento de Contadoria
CRC1SP240974/O-7

Luis Felipe Vidal Arellano
Subsecretário do Tesouro Municipal
CPF 366.631.018-46